

Geografia, economia e planejamento na obra de Manuel Correia de Andrade*

César Augusto Ávila Martins**

Resumo

O artigo analisa a contribuição do geógrafo pernambucano Manuel Correia de Andrade (1922-2007) sobre as relações entre geografia e economia e a imperiosidade do caráter não disciplinar do planejamento como um dos instrumentos de minimização das desigualdades territoriais e sociais. Evita-se a pretensão de dissecar as bases teóricas do autor, pois ela está disseminada em quase uma centena de livros publicados desde o final dos anos de 1950 e centenas de artigos e plaquetes. Objetiva-se identificar numa parte da trajetória do mestre pernambucano a afirmação de uma formulação analítica: a formação econômica e social. O artigo está dividido em três partes. A primeira realiza um breve relato de sua trajetória intelectual procurando identificar elementos que o posicionam como um dos grandes geógrafos brasileiros. Na segunda parte busca-se o encontro das possibilidades abertas pelas ligações

* O texto é parte das discussões teóricas de pesquisa “Mudanças territoriais na estrutura agrária, empresarial, do trabalho e da morfologia urbana nos municípios da Aglomeração Urbana do Sul (AUS) do Rio Grande do Sul” coordenada pelo autor e realizada com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no Edital MCT/CNPq 03/2008 - Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Uma versão foi preparada para o Seminário “Nordeste 2010”, realizado em março de 2010 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) como parte do Programa “IPEA de Cátedras” e pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

** Doutor em Geografia (UFSC). Universidade Federal do Rio Grande (ICHU) – Núcleo de Análises Urbanas (cavilamartins@yahoo.com.br).

MARTINS, C.A.A. Geografia, economia e planejamento na obra de ...

entre Geografia e Economia e encerra-se o texto com a emergência da retomada do planejamento com um dos instrumentos do crescimento para o desenvolvimento de para o análise e superação das desigualdades sociais e territoriais.

Palavras-chave: Geografia; Economia; Planejamento.

Geography, Economics and planning in Manuel Correia de Andrade's work

Abstract

This paper analyzes the contribution that Manuel Correia de Andrade (1922-2007), a geographer from Pernambuco, Brazil, has brought to relations between Geography and Economics and the imperiousness of the non-disciplinary character of planning as one of the tools to mitigate territorial and social inequalities. This study aims to identifying this thinker's analytical formulation – the economic and social formation – in part of his trajectory, rather than dissecting the author's theoretical bases since they are spread throughout almost hundreds of books, papers and booklets he published from the late 1950's up to his death. This paper is divided into three parts. The first one, a brief report of Correia de Andrade's intellectual trajectory, aims at identifying the elements that make him one of the greatest Brazilian geographers. The second part reflects on the possibilities that arise from connections between Geography and Economics. Finally, the text discusses the need to restart planning as one of the tools of growth for the development of tools to analyze and overcome social and territorial inequalities.

Key words: Geography; Economics; Planning.

Um contexto para o texto

A partir da concepção disciplinar da Geografia, com porta de entrada através da abordagem da formação econômico e social (entre outras possíveis como geossistema, espaço, região, território, paisagem, redes e lugar) é desenhada a perspectiva dialógica com a Economia, com a defesa do crescimento com desenvolvimento e da imperiosidade do planejamento. O planejamento é entendido como parte de movimentos que constroem concepções, normas e ações indutoras sobre a complexidade das relações entre os diversos agentes sociais e não apenas dos agentes hegemônicos (Estado e empresas) que compõem a sociedade e o território. Escapa aos limites do texto os fecundos diagnósticos e análises das questões regionais no Brasil e especialmente na região Nordeste produzidos por Manuel Correia de Andrade.

Manuel Correia de Andrade (MCA) tem em sua formação os alicerces do que foi chamado de “comunidade pernambucana de geógrafos” que não se “empolgava unicamente pelo econômico da questão geográfica” (MONTEIRO, 1980, p. 20). Reconhecido como o geógrafo de maior conhecimento da região Nordeste do Brasil (SILVA, 1995), produziu uma das obras mais relevantes para o estudo dessa região: “A terra e o homem no Nordeste”, seu oitavo livro, publicado em 1963, com diversas reedições no país e editado em diferentes línguas e países. Este livro representará pelo menos duas marcas de seu trabalho. Em primeiro lugar o reconhecimento de sua importância nas Ciências Sociais brasileiras e em segundo lugar a coerência com a sua formação marxista conforme suas palavras: “Eu tenho uma formação marxista e, como tal, não entendo uma separação rígida entre várias ciências sociais. Para mim, há uma ciência social que tem enfoques diferentes. Mas a ciência é a mesma. Eu estudei Marx desde os 18 anos de idade, despertado por um professor integralista, mas que dizia que a crítica feita por Marx à sociedade capitalista tinha validade. Para ele, as soluções que Marx apresentava é que não tinham” (Entrevista disponível em: www.direitos.org.br, acessada em 30-08-2009).

O relevo de seu trabalho nas Ciências Sociais brasileiras foi apontado por Monteiro (1980) ao referi-la como a única obra geográfica mencionada na avaliação da “Ideologia da cultura brasileira” elaborado por Carlos Guilherme Mota em 1977. No mesmo ano, Francisco de Oliveira, participante da formação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em “Elegia para uma re(li)gião- Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes”, refere-se ao livro “A terra e o homem no Nordeste”, “como uma boa descrição do Nordeste”, mas que “parece-nos, entretanto que Correia de Andrade partiu do Nordeste físico para o econômico-político, que não é o andamento privilegiado por nossa opção metodológica” (OLIVEIRA, 1987, nota 13, p. 41).

Na formulação de Francisco de Oliveira, está um dos alicerces do pensamento de MCA e a coerência com a sua leitura das obras de Karl Marx e de autores marxistas, ou seja, o entendimento da indispensabilidade de que a leitura geográfica não deve prescindir da base material combinada com as relações sociais de produção: “os geógrafos ditos marxistas chegaram até a tentar eliminar a natureza dos estudos geográficos (...) lendo supostos marxistas como Bunge e Harvey, não se detiveram no estudo e análise do pensamento dos primeiros discípulos de Marx e nas obras fundamentais de Gramsci” (ANDRADE, 1993, p. 20). A exposição de MCA serviu como pretexto para que alguns críticos se referissem a sua análise como carregada de elementos do marxismo e de um certo “economicismo”. Um exemplo é Diniz Filho (2002) quando afirma que a perspectiva de MCA apresenta “mais elementos de ortodoxia do que as visões que ele rejeita” (p. 84). A crítica da crítica realizada por Diniz Filho (2002) é encontrada, por exemplo, em Ana Fani A. Carlos (2007) que pode ser sintetizada em “A crítica superficial da ‘geografia crítica’ desembocou num preconceito que impede qualquer perspectiva de diálogo. Assim, o que poderíamos chamar de uma crise do marxismo (na Geografia) chegou mesmo produzir o preconceito contra o pensamento teórico e a negação de qualquer

contribuição deste pensamento na construção do pensamento geográfico” (CARLOS, 2007, p. 5).

Em função do objetivo e do limite do artigo, os argumentos do debate não serão expandidos. Porém cabe mencionar uma tendência que por vezes é acirrada no afã e na quase obrigatoriedade de realizar críticas, entendidas apenas como negação de elaborações, sem componentes criativos e, portanto, de revelar, desvendar e quiçá explicar. Com trajetória semelhante ao de Diniz Filho (2002), há trabalhos de análise e busca das insuficiências do que poderia ser considerado como o “econômico” na Geografia. Estudantes de mestrado e de doutorado, tentando enquadrar estudos realizados com forte base empírica articulada à história do pensamento econômico, realizam dissertações e teses que pretendem montar esquemas interpretativos das obras analisadas e demonstrar possíveis insuficiências. Veja-se por exemplo, o artigo de Nunes (2005) baseado em sua dissertação de mestrado na UNESP de Presidente Prudente em que analisa as teses de doutorado consideradas como Geografia Econômica defendidas na USP entre 1970-2001. Nunes afirma que “o excesso de ‘economicismo’ apresentado nessas análises, desconsidera critérios e elementos não estritamente determinados pelas relações de produção com etnia, gênero, cultura e indivíduo” (p. 88). Se não bastasse encontrar excesso de “economicismo” (ou seria de Economia?) em trabalhos de Geografia Econômica, a autora tenta e objetiva encontrar “critérios e elementos” que não são objeto de análise dos estudos que são balizados por outros critérios e elementos. Trata-se de estabelecer perguntas que não tem respostas nas respostas dadas pelos autores das dissertações e teses analisadas, pois as perguntas elaboradas nessas são outras. Estas abordagens constituem exercícios de elucubração que pouco colaboram para o desvendamento das múltiplas determinações da realidade e realizam a busca do que não é pautado pelos pesquisadores em seus trabalhos. Ou seja, são poucas possibilidades de encontrar as respostas para as perguntas. Com

uma livre inspiração em William Shakespeare (1564-1616): as críticas apresentadas são “muito barulho por nada”¹.

MCA em diversas obras era explícito em apresentar sua perspectiva com rigor com as fontes e cuidado na articulação com a realidade. Na introdução do livro “O Desafio ecológico- utopia e realidade”, MCA escreveu que “a publicação do livro visa chamar a atenção das autoridades e estudiosos para uma série de interconexões entre os problemas ecológicos, econômicos e políticos” (ANDRADE, 1993, p. 12). A potência da formulação pode ser avaliada quando da manutenção de suas idéias em textos que indicam o debate sobre os limites e possibilidades de uma Geografia unitária e diversa, sendo referência em trabalhos de geógrafos que podem ser considerados “físicos” com Mendonça (1989 e 2002) e Camargo e Guerra (2007).

MCA também produziu textos relevantes para a avaliação da Geografia no concerto das ciências. Como observou Monteiro (1980) em seu balanço, avaliação e indicação de tendências da Geografia brasileira, MCA, no artigo “O pensamento geográfico e a realidade brasileira” de 1977, inaugura com Nelson Werneck Sodré (1976), “as primeiras tentativas de repensar a geografia que tem sido feita por nós no Brasil” (p. 7). O reconhecimento do referido artigo que está publicado no número 54 do Boletim Paulista de Geografia de 1977 foi sua reedição em 1981 na coletânea “Novos rumos da Geografia brasileira” da editora HUCITEC organizada por Milton Santos. O artigo apresenta uma das preocupações constantes na obra do autor: a articulação entre a História, a história da ciência geográfica e a história da sociedade

¹ Presume-se que a peça *Much ado about nothing* (Muito barulho por nada) de 1598 seja a décima sétima das trinta e sete peças conhecidas de William Shakespeare. Na peça que tem como pano de fundo a preparação para um casamento em Messina na Sicília, os personagens entre a ânsia e o tédio passam o tempo em confrontos verbais que indicam conspirações amorosas e políticas. Ver: FRANCO, G.H.B. e FARNAM, H.W. Shakespeare e a Economia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

brasileira. Com base em rica pesquisa bibliográfica, o mesmo é citado como fonte de geógrafos brasileiros que construíram e constroem a renovação da Geografia brasileira a partir do final da década de 1970. Em uma pesquisa não exaustiva são encontrados alguns registros do artigo citado acima em trabalhos com objetivos e aportes diferenciados, como:

1. no capítulo dedicado a “Geografia Humana” escrito por Paquale Petrone (1979) para a coletânea “História das Ciências no Brasil”;
2. na dissertação de mestrado de Ana Fani Alessandri Carlos (1979) no debate sobre a predominância dos estudos das condições naturais na Geografia produzida no Brasil nas décadas de 1940 e 1950 (p. 10) e na crítica a utilização da metodologia quantitativa por alguns geógrafos brasileiros (p. 14);
3. foi considerado “clássico” (p.211) por Milton Santos (1981) num balanço da Geografia brasileira no começo da década de 1980;
4. na reflexão crítica sobre o ensino de Geografia realizado por Moreira (1987);
5. foi apontado por Oliveira (1999) como o pioneiro no Brasil em indicar uma geografia libertária com Eliséé Reclus (1830-1905) e Piotr Kropotkin (1842-1921) no debate que deve incluir o historicismo com o positivismo e a dialética nas matrizes do pensamento geográfico moderno.

A manutenção da preocupação com as ligações da ciência geográfica com a sociedade e com a formação dos profissionais em Geografia emerge na organização da seleção de textos de Eliséé Réclus em coleção “Grandes Cientistas Sociais” dirigida por Florestan Fernandes em 1985 e em livros como “Geografia – ciência da sociedade” em 1987 e “Caminhos e Descaminhos da Geografia” de 1989. Esta preocupação também estava presente no livro “Geografia Geral” publicado com Hilton Sette pela editora do Brasil com várias edições nas décadas de 1960 e 1970. O livro é

dedicado para os estudantes dos cursos colegial, científico-clássico, técnico e para a formação de professores primários. Dividido em duas partes intituladas “Geografia Física” e “Geografia Humana” é aberto pelo capítulo chamado de “A ciência geográfica”, onde MCA e Hilton Sette apresentam uma pequena síntese da história do pensamento geográfico com imagens de Alexandre Humboldt e de André Cholley de onde adotam a divisão da Geografia em Geral ou Sistemática, que seria composta pela Geografia Física e pela Geografia Humana e a Geografia Regional.

Outra temática constante na obra de MCA é o campo brasileiro. Juntam-se a “A terra e o homem no Nordeste”, outras obras como “Cidade e campo no Brasil” de 1974, “Planejamento regional e o problema agrário brasileiro” de 1976, “Capitalismo e agricultura” de 1979 e “Latifúndio e reforma agrária no Brasil” de 1980. Consideradas como exemplos da preocupação com a questão agrária, são publicados ainda na década de 1970, antes da derrocada final da ditadura militar brasileira (1964-1985) e da eclosão e visibilidade dos movimentos sociais do campo. São suas as palavras em artigo recente: “o problema premente do Brasil é o da realização da reforma agrária, visando tanto diversificar a produção e comprometê-la com o mercado interno como garantir a fixação do homem no campo (...) deve ser voltada tanto para a democratização ao acesso á terra (...) como o da orientação do que produzir, de como produzir e do destino que deve ser dada à produção” (ANDRADE, 2002, p. 19). Nestes trabalhos há uma marca permanente de seus estudos: as descrições e analogias. Este encaminhamento pode ter conduzido Rique (1995) a considerar seu método de interpretação dos fatos como “empirista racionalista, comum na geografia, mas que tem no autor em pauta a sua maior expressão no Brasil” (p. 155-156). Não obstante, considera-se que os esforços de geógrafos em se apropriar de teorias de outras ciências e de formular teorias, podem conduzir a um esvaziamento da capacidade explicativa dos arranjos espaciais. Ou seja, o esforço para produzir explicações “geografizantes” com base em debates não aprofundados, como aqueles realizados em outras ciências

conduz ao esvaziamento da capacidade explicativa daqueles que professam a disciplina.

Para concluir este item, registra-se que a sua trajetória foi analisada no I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico (EVANGELISTA, 1999) e mantêm-se como uma das referências em textos recentes de geógrafos que analisam por diferentes abordagens a história do pensamento geográfico como Spósito (2004) e Moreira (2007). Entre as homenagens recentes ao seu trabalho destacam-se duas: (1) a saudação de José Messias Bastos e Armen Mamigonian, editores da “Geografia econômica- Anais de Geografia econômica e social”, publicação criada em 2007 e editada pelo Departamento de Geociências e pelo Núcleo de Estudos Asiáticos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como um dos mestres da Geografia ao lado de Jean Chardonnet, Jean Gottman, Y.Sauschkin, Orlando Valverde, Josué de Castro e Dirceu Lino de Mattos; (2) a publicação em 2009 do número especial “Cidadania e reforma agrária no Brasil: uma herança de Manuel Correia de Andrade” na revista *Scripta Nova* da Universidade de Barcelona, organizada por Paulo Roberto Rodrigues Soares e Wagner Costa Ribeiro com texto de Álvaro López Gallero, César Augusto Ávila Martins, Doralice Sátyro Maia e Rosa Maria Vieira Medeiros².

Para além do econômico na Geografia Econômica

Uma das características da produção geográfica no último quartel do século XX e do começo do século XXI é a pluralidade de conceitos, temas e metodologias. A pluralidade está marcada pelo aprofundamento dos diálogos com diferentes ciências e áreas do conhecimento. Este diálogo e o crescimento do número dos Programas de Pós-Graduação no Brasil e de estudantes brasileiros realizando mestrado e doutorado no exterior tem como uma das conseqüências o aumento da diversidade dos temas, das abordagens realizadas e das escalas de análise. Tal característica é acompanhada

² Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-288.htm>.

da tendência na diminuição relativa do estudo de alguns temas e escalas entre os estudos geográficos. Entre os temas que diminuem relativamente sua presença, estão aqueles relacionados com a Geografia Física e a Geografia Econômica e de análises da escala nacional. A professora Dirce Maria Suertegaray da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em apresentação oral no I Seminário de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS em Porto Alegre nos dias 20 e 21 de março de 2007, indicou esta tendência na produção dos Programas de Pós-Graduação no Brasil e a seguir diagnosticou que “A Geografia do Brasil como resultante da temática geográfica produzida em escala nacional está para ser reconstruída” (SUERTEGARAY, 2007, p. 17).

Sobre as ligações entre a Geografia e as diferentes ciências sociais, Capel (1984), no capítulo que discute as relações entre Geografia e Economia, apresenta o significado destas na ascensão do trabalho de geógrafos com formação marxista como Pierre George a partir de 1945, sua consolidação com os enfoques baseados nas teorias do desenvolvimento e seu afastamento das questões sociais com a hegemonia da concepção do homo oeconomicus na Geografia Quantitativa. Capel encerra sua análise defendendo a dificuldade em determinar a origem disciplinar de alguns trabalhos que poderiam ser de geografia econômica ou economia geográfica.

Alguns estudos a partir dos últimos anos do século XX e da primeira década do século XXI realizam resgates das relações entre a Geografia e a Economia buscando análises das dinâmicas recentes. Em uma rápida e não exaustiva pesquisa em parte da literatura internacional pode-se identificar que:

- (1) para Martin (1996) “a Geografia econômica de múltiplas perspectivas é, portanto, relativista e hermenêutica” (p. 57) abordará temas como a microeconomia dos indivíduos e das empresas, finanças, economia global/mundial e gênero;
- (2) em Mendez (1997) o enfoque básico está nas inovações tecnológicas e as reestruturações produtivas e

- localizacionais, bem como nas ligações entre os sistemas produtivos e o ambiente com papel ativo das relações Estado-empresas;
- (3) Debié (1998), sugere articulações das escalas da Geografia Humana (mundial: econômica e cultural; do Estado; “esfera” local onde situa-se a região, a cidade, o bairro, a família e o indivíduo) e elege como novos campos de estudos, os papéis femininos, a política, as empresas que abrem para temáticas como o turismo e os conflitos econômicos após o fim da bipolaridade do período chamado de Guerra Fria;
 - (4) Claval (2005) identifica uma longa fase de descrição dos fenômenos com enfoque nas localizações (a partir da economia espacial de Von Thünen e sobretudo com Carl Ritter após da metade do século XIX) até a inflexão da década de 1940 com a tendência em tornar a disciplina aplicável aos problemas do desenvolvimento. Após diálogos com o marxismo e as teorias do imperialismo e a seguir com a escola de regulação, advoga estudos sobre “a influência da cultura no domínio da cultura (...) dos circuitos solidários (...) da flexibilidade (...) da metropolização (...) e da emergência de uma geonomia” para “compreender as estratégias dos agentes econômicos num mundo as empresas jogam cada dia um papel mais importante (p. 23-24);
 - (5) Hudson (2005), resgata a constituição na economia capitalista das relações entre espaço como integrador fragmentado da produção, do comércio, do consumo, dos significados e identidades, da poluição e do desperdício na direção da sustentabilidade, da regulação e da governança), com os circuitos do capital, da reprodução social e com os fluxos (materiais, do conhecimento e das pessoas);
 - (6) Coe *et al* (2008), defende a necessidade da definição os atores (Estado, corporações transnacionais, trabalho e

consumo) para pensar a Geografia Econômica através das dimensões da cultura, das questões de gênero e étnicas.

É neste contexto que é possível retomar uma formulação de MCA: a objetivação da Economia como uma interlocutora privilegiada na análise geográfica da escala nacional. MCA assim sintetizou: “com a Economia, sobretudo com a economia política, as relações da Geografia são as mais íntimas, uma vez que são razões econômicas que determinam as transformações do espaço” (ANDRADE, 1989, p. 23).

Com sua trajetória intelectual e de vida no Brasil interrompida com o exílio logo após o golpe militar de 1964, MCA, na França toma contato com as possibilidades abertas pelo corolário do planejamento³. Abriu-se a possibilidade de articular sua preocupação com o rigor das fontes, com a busca da gênese das explicações na História e nas histórias e com os instrumentos para pensar e propor possibilidades para os problemas detectados, sendo reconhecido como o autor que relacionou pela primeira vez Geografia e planejamento no Brasil (FELIPE, 1995). Tais preocupações aparecem em textos como “Estado, polarização e desenvolvimento” de 1967 e “Geografia, região e desenvolvimento” e “Agentes aceleradores e de freio do desenvolvimento da economia brasileira”, ambos de 1969. É logo após o aparecimento dessas obras que vem ao público a primeira edição da “Geografia econômica” em 1973 em que explicita elementos de sua abordagem indissociável entre a Geografia, a História, a Economia e a Ciência Política.

A obra que tem como objetivo ser um livro-texto para a disciplina de Geografia Econômica em diversos cursos de graduação mantém um padrão das elaborações do autor: na apresentação, há um esforço em sintetizar a história do pensamento

³ Veja-se algumas referências a presença de MCA na década de 1960 na França na entrevista da professora Maria Adélia Aparecida de Souza na revista *Geosul*, v. 18, n. 35, 2003, p. 173-210.

geográfico, apresentando seus principais interlocutores (geógrafos ou não) e delimitando conceitos e operacionalizações: “Na verdade, esta dualidade – Geografia Física-Geografia Humana – já se encontra ultrapassada, de vez que, em relação à produção do espaço geográfico, temos de estudar a ação do homem apropriando-se dos recursos existentes, de acordo com as estruturas econômicas, sociais e políticas como estão organizadas. Daí a influência do modo de produção e das formações econômicas e sociais dominantes no espaço e no tempo e concluímos que existe apenas uma Geografia que é chamada de uma ou outra maneira conforme o enfoque que se dá à mesma nos estudos em realização” (ANDRADE, 1985, p. 16).

A perspectiva adotada é que as categorias analíticas modo de produção e formações econômicas e sociais devem ser as centrais para a unidade da Geografia e as portas de entrada para a investigação permitem pelo menos duas observações. A primeira é que esta perspectiva é tributária dos debates das décadas de 1960 e 1970 sobre a origem da expressão formação econômica e social na obra de Karl Marx (1818-1883) e de diversos marxistas (LUPORINI e SERENI, 1973) e marca uma das principais elaborações de Milton Santos (1982) e sobretudo, nas pesquisas realizadas e coordenadas por Armen Mamigonian na UFSC, na UNESP de Presidente Prudente e na Universidade de São Paulo (USP) com seus orientandos de graduação e de pós-graduação. A segunda é que leitores apressados poderiam encontrar aí a eliminação da chamada “Geografia Física”, a supremacia do econômico e a liquidação de outras categorias analíticas. Trata-se de uma porta de entrada e MCA considerava que a Geografia “não é um departamento isolado do conhecimento científico” (ANDRADE, 1985, p. 17) e admitia a existência de “uma série disciplinas de intermediárias entre a Geografia e as outras ciências naturais e sociais” (ANDRADE, 1985, p. 17) e apresenta uma lista: geomorfologia, geofísica, geoquímica, geopolítica...

Uma perspectiva que pode considerar a liquidação dos estudos do chamado meio natural em Geografia é eliminada no

segundo capítulo da Geografia Econômica (1985). Recorrendo a André Cholley (1885-1968), MCA ao diferenciar o espaço geográfico do natural pela sua artificialização pelo trabalho, sintetiza analiticamente os geossistemas em escala planetária. Esta preocupação esteve presentes em trabalhos mais recentes como no primeiro capítulo de “O sentido da colonização” de 1994 intitulado “A colonização e seus impactos sobre o meio ambiente” e especialmente na coletânea “O desafio ecológico- utopia e realidade” do mesmo ano.

A análise da dimensão econômica na análise geográfica pode ser entendida na delimitação tomada de Paul Claval (*Le Pensée Géographique*): ”quando se dá maior atenção às relações homem-meio e quando se analisa gêneros de vida faz-se Geografia Humana, mas quando se analisa a organização do espaço em função da apropriação dos recursos naturais e da transformação dos bens em mercadorias, em uma sociedade avançada, faz-se Geografia Econômica” (ANDRADE, 1985, p. 16).

Em “Geografia- ciência da sociedade” de 1987 a delimitação e as possibilidades de sua proposição está assim definida: “a Geografia pode ser definida como a ciência que estuda as relações entre a sociedade e a natureza, ou melhor, a forma como a sociedade organiza o espaço terrestre, visando melhor explorar e dispor os recursos da natureza. (...) no processo de produção e reprodução do espaço, cada formação econômico-social procura organizar o espaço à sua maneira (...) de acordo com os grupos dominantes e de acordo também com as suas disponibilidades de técnicas e de capital” (p. 14).

A organização da “Geografia econômica” apresenta a coerência do entendimento e da proposta. Em cada capítulo as escalas de análise, sobretudo o global e o nacional, com exemplos regionais brasileiros estão imbricadas, de forma complementar e contraditórias ao longo do tempo. Daí o significado da análise dos sistemas econômicos (naquele momento histórico formado por um sistema central bipolarizado pelas hegemonias estadunidense e soviética e um sistema periférico) no capítulo quatro, com base na

história da colonização e da descolonização e das metamorfoses da divisão territorial do trabalho⁴.

Uma pergunta central na análise das relações entre Geografia e Economia: quais os agentes considerados hegemônicos pela consolidação e metamorfoses dessa análise? As interações entre a empresa e o Estado tal qual apresentado por alguns dos autores citados anteriormente como fazendo parte de um movimento de retomada da Geografia Econômica. MCA dedica dois capítulos da “Geografia Econômica” para a análise das relações combinadas e contraditórias entre esses dois agentes no que considera como “integração espacial”. Apresentando as marcas de sua experiência na França no período do exílio e de sua atuação em órgãos de planejamento do Estado brasileiro, MCA demonstra o papel do planejamento estatal como um dos instrumentos fundamentais “na tentativa de racionalizar a exploração do mesmo [o espaço geográfico]” (ANDRADE, 1985, p. 90). Ao apresentar a trajetória do planejamento na União Soviética, nos Estados Unidos da América, na França e no Brasil, afirma outra característica de sua trajetória de cidadão e de intelectual: a permanente preocupação com as desigualdades sociais e territoriais e suas relações com ambiente. Em suas palavras, sobre o planejamento nos países capitalistas: “aceitam a racionalidade da acumulação de capital a curto prazo, não dando contribuições à solução dos problemas sociais nem à preservação do meio ambiente” (1985, p. 96). Trata-se de outra característica de seu trabalho: a indissociabilidade da política e da economia na Geografia. Em seus

⁴ Esta perspectiva está presente em dois pequenos livros escritos no período que marcará o desmonte do sistema soviético e a afirmação dos discursos sobre a hegemonia da chamada globalização. Com erudição e síntese Manoel Correia de Andrade publica “O Brasil e a América Latina” e “O Brasil e a África” pela editora Contexto em 1989. Em ambos, há uma perspectiva que permite analisar as características que aproximam e afastam as regiões, bem como as especificidades de cada formação econômico-social.

estudos sobre a história do pensamento geográfico estão presentes capítulos sobre articulações possíveis entre o trabalho do profissional da Geografia e a sociedade. Suas preocupações mais específicas sobre as dimensões políticas da Geografia em suas múltiplas escalas de análise podem ser observadas em trabalhos como o “Imperialismo e fragmentação do espaço” de 1988, “Geopolítica do Brasil” de 1989 e “A questão do território no Brasil” de 1995. Em pelo menos dois outros trabalhos dedicou-se a analisar questões internas da federação brasileira: “As razões do separatismo no Brasil” de 1999; e em co-autoria com Sandra Maria Correia de Andrade publicou no mesmo ano “A federação brasileira: uma análise geopolítica e geo-social”.

O plano de redação da “Geografia Econômica” apresenta uma seqüência capítulos sobre “os mercados e os problemas de centralização e descentralização econômica” discutindo as condições de reprodução do trabalho e da terra e o papel dos transportes e comunicações na organização do espaço. A seguir analisa separadamente o conjunto de atividades da divisão social e territorial do trabalho: a produção de energia, de matérias-primas industriais, o extrativismo vegetal e a política florestal, a caça e a pesca, a agricultura e a pecuária. Ou seja, há decomposições analíticas da produção, dos fluxos e do consumo em moldes semelhantes aos propostos recentemente por geógrafos como o citado Hudson (2005). O que dá unidade as sínteses e diferencia a abordagem de MCA? É a análise da formação econômica e social. E mais, para as formações econômicas e sociais capitalistas é o processo de concentração econômica e a produção industrial. Sem receio da escala nacional, MCA busca a gênese dos processos e os resultados do desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista. Com a tradicional abundância e rigor das fontes apresenta exemplos onde a imbricação das escalas permite a compreensão dos processos, das formas, das funções e das estruturas.

Como uma marca de sua formação de cidadão e profissional ativo nas discussões das questões agrárias, MCA dedica cinco capítulos (do décimo quarto ao décimo oitavo) ao espaço agrário.

O que há de comum entre eles? A abordagem histórica para a construção de tipologias, a apresentação de dados e a preocupação com o acesso e a permanência dos agricultores na terra. Assim, por exemplo, classifica os sistemas de culturas (agricultura itinerante, roça tropical, *plantation*, agricultura mediterrânea, agricultura moderna de países novos e de povoamento antigo e agricultura irrigada do Extremo Oriente e dos desertos quentes) e escreve capítulos separados sobre “a utilização do espaço” para: a produção de alimentos (agricultura e pecuária) e a produção de matérias-primas vegetais. A relevância e o reconhecimento de sua vida e de seu trabalho, pode ser observada quando no dia de seu falecimento em 22 de junho de 2007, a direção estadual de Pernambuco do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) lançou nota referindo-se a MCA como: “grande amigo e intelectual (...) intelectual comprometido com o seu povo, manteve ao longo de seus 84 anos, coerência com suas idéias e ideais”⁵.

O fechamento da “Geografia Econômica” é com dois capítulos dedicados ao estudo do urbano e da cidade. Destaque para dois aspectos: o primeiro, a perspectiva histórica da cidade como um *locus* privilegiado da organização das sociedades nos diferentes modos de produção e da referência as relações da cidade com o campo e as relações intra-urbanas, bem como a tipologia de suas magnitudes das metrópoles no mundo (Nova Iorque, Londres, Paris e Tóquio são consideradas internacionais; como exemplos de metrópoles nacionais, cita Madrid e Barcelona na Espanha, Sidney e Melbourne na Austrália ou São Paulo e Rio de Janeiro no Brasil; entre as metrópoles regionais cita por exemplo Belém e Porto Alegre no Brasil, Córdoba e Rosário na Argentina ou Guadalajara e Monterrey no México). Um segundo aspecto são as referências a Lewis Mumford (*A cidade na História*) e a Henri Lefebvre (*La pensée marxiste et la ville*). Ora, em um livro com características de manual e na edição aqui utilizada (a oitava edição de 1985), MCA apresentava mais um elemento da importância de seu

⁵ Disponível em: www.direitos.org.br.

trabalho: o conhecimento e apropriação de formulações que alguns anos depois se tornariam quase unanimidades nos estudos sobre a cidade e o urbano. MCA conhecia e se apropriava de teorias e metodologias para formular suas explicações. Autores como Henri Lefebvre, demorariam alguns anos para serem debatidos, apropriados e divulgados nos estudos geográficos no Brasil. Como por exemplo, observe-se que entre os autores de língua inglesa a presença de sua obra é constante somente depois da tradução de “*La production de l’espace*” em 1991. Nas últimas décadas, sobretudo no Brasil, a obra de Henri Lefebvre é usada como uma “espada de um cavaleiro Jedi” em cruzadas acadêmicas para legitimar discursos sobre a chamada produção do espaço e a sociedade urbano-industrial. Tentando apresentar um verniz científico são corriqueiros estudos que carecem de rigor com as fontes, com a metodologia e tentam encontrar em cada pedaço do planeta categorias entregadas por H. Lefebvre como vivido-concebido-percebido, espaço de representação-representação do espaço-prática social, espaço absoluto-abstrato-contraditório-diferencial. Parte desses estudos ignora a indispensabilidade proposta por Henri Lefebvre da análise do Estado em suas ligações com o espaço (LEFEBVRE, 1978a), do processo desigual e combinado das formações sociais (LEFEBVRE, 1978b), das insurgências e de sua base em autores como Marx, Lênin e Nietzsche (LEFEBVRE, 1971). O rigor, os cuidados com as fontes e a simplicidade do professor Manoel Correia de Andrade são exemplos deveriam ser observados e seguidos com maior constância e intensidade.

A “Geografia econômica” de MCA talvez seja a sua obra mais conhecida em conjunto com o “A terra e o homem no Nordeste” e abrem caminhos para a retomada de três idéias: planejamento, crescimento e desenvolvimento. O item a seguir apresenta apenas algumas notas para pesquisas.

Anotações sobre as idéias de planejamento, crescimento e desenvolvimento

Por que é significativo assumir a importância da retomada das palavras planejamento, crescimento e desenvolvimento? Porque depois que a produção de textos de cientistas sociais brasileiros, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, articulavam parte das mazelas do Brasil aos planos de desenvolvimento e as elevadas taxas de crescimento do país, a década de 1990 foi fecunda no descrédito do planejamento e que o crescimento econômico não levou e não levaria ao desenvolvimento. Ora, o que seria a crítica tornou-se prática de parte dos administradores públicos brasileiros que com apoio de parte da intelectualidade e da imprensa, ultimaram com os esforços de dismantelar os órgãos estatais de planejamento e para desacreditar as disciplinas de planejamento nos cursos de graduação e pós-graduação.

Por que a obra de MCA é importante para este momento histórico? Porque algumas de suas formulações sobre planejamento, crescimento e desenvolvimento podem conter chaves não somente para a produção acadêmica, mas para assumir compromissos com a nação. Assim, evita-se elaborações que consideram que “a idéia de desenvolvimento sintetiza melhor que qualquer outra o projeto civilizatório que, tanto pela via liberal e capitalista, como pela via social-democrata e socialista, a Europa ocidental acreditou poder universalizar-se. Desenvolvimento é o nome-síntese da idéia de dominação é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade, como a indústria” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 62). O desenvolvimento pode ser o alargamento das possibilidades oferecidas pela ciência, pela técnica e pela informação para entender os limites impostos pela Natureza e a capacidade de acumulação de frações da sociedade que se impõem sobre a própria sociedade e agravam as desigualdades sociais e territoriais. Ora, os profissionais do planejamento devem ter como *mister*, que não há a

eliminação total dos ritmos e formas da Natureza, mas possibilidades que incorporam suas variáveis mesmo para desacelerar os ritmos de incorporação social ou mesmo para estabelecer cotas ou proibir o uso. Portanto trata-se de usar a capacidade reflexiva para planejar o desenvolvimento e a sua qualificação como crescimento numa dada formação econômica e social, com datações no território. MCA em texto sobre a importância e a problemática do técnico no processo de desenvolvimento esclarecia que mesmo com seu campo de ação restrito e limitado pelo poder decisão que é do político, este deve compor equipes com formações diversas e evitar o “carreirismo, (...) o egocentrismo e a vaidade excessiva e à crença na infalibilidade de suas opiniões, o que contraria toda a fundamentação científica, filha da reflexão e da humildade” (ANDRADE, 1973a, p. 179).

Porque é fundamental insistir com MCA, na distinção entre o modo de produção e a formação econômica e social. Pois, esta permite entender que para o Brasil, por exemplo, 1930, é uma data paradigmática para a nação e para o Estado, ou “um marco na política territorial brasileira” (ANDRADE, 1995, p. 171). Então se é possível defender que a Semana de Arte Moderna de 1922 é inflexiva para uma idéia de Brasil, é necessário entender que o bloco de poder que se consolidou com ascensão de Getúlio Vargas (1883-1954), encerrando a República Velha (1889-1929), propôs e impôs ao país um projeto de unidade e de afirmação da sociedade urbano-industrial. Ou seja, é a parte da realização territorial do modo capitalista de produção em suas metamorfoses e contradições. E este processo é no Brasil, não no Uruguai, no Japão, na Alemanha ou qualquer outra formação econômico-social, chamada de país. Portanto, é necessário acreditar nas possibilidades do país, não como uma abstração, mas com o uso e incentivo ao que há de melhor: os brasileiros. Daí, a insistência numa das elaborações de MCA: é o modo de produção numa dada formação econômica e social. Como explicar o Brasil desconhecendo os textos fundadores e a história do território? Por

isto, seus textos são fundamentais, pois MCA não se intimidava em descrever analisando. Como diagnosticar e analisar o Brasil tomando formulações teóricas e modelos que ignoram a sociedade e o território nacional em suas ricas diferenças e perniciosas desigualdades? Por isto na sua obra, há insistentes chamados e análise da gênese dos agentes identificados em sua base material composta pelos sistemas naturais as relações internas e externas. Na década de 1960 ao abordar as mudanças após 1930, identificava que essas “se vêm fazendo sem obedecer a uma planificação, o que em conseqüência, oferece resultados positivos restritos a algumas regiões, favorecendo uma minoria da população, as camadas sociais elevadas” (ANDRADE, 1973b, p. 16).

A formação, o rigor na pesquisa e os cuidadosos diagnósticos são marcas do trabalho de MCA e que tomam relevo quando apresenta suas análises das diferenças e desigualdades baseadas no profundo conhecimento do Brasil e no diálogo com pensadores da unidade dinâmica e diferenciada em cada formação econômico e social que constitui as regiões. Em “Espaço, polarização e desenvolvimento: Nordeste e pólos de desenvolvimento” de 1967, seu diálogo é com Giovanni Ricchieri, André Cholley, Bernard Kayser e sobretudo, com François Perroux que MCA considerava “mestre” (ANDRADE, 1973b, p. 9) e o autor que faz a distinção entre “crescimento e desenvolvimento econômico” (ANDRADE, 1973a, p. 171)⁶. E dialogando com F. Perroux, afirma que no Brasil há crescimento econômico, mas não há, ainda, propriamente desenvolvimento, pois este afirmou que “o desenvolvimento é a combinação das mudanças mentais e sociais de uma população que a tornam apta a fazer crescer, cumulativa e duravelmente, seu produto real e global” (ANDRADE, 1973b, p. 17).

A relevância em retomar a abordagem que considera a imperiosidade da produção e da defesa de projetos nacionais onde não há indissociação entre território, sociedade, economia e

⁶ As referências nas obras de MCA são da edição francesa de 1964 de “A economia do século XX” da editora Presses Universitaires de France.

política tem indícios em algumas ações do Estado brasileiro no final da primeira década do século XXI. Apesar de não haver referências aos estudos de MCA, o grupo que apresentou para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em 2008 o estudo “Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento”⁷, sugere que uma base do planejamento seja o território dividido em regiões e pólos onde “o desenvolvimento, entendido como processo multifacetado de intensa transformação estrutural, resulta de variadas e complexas interações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade” (p. 21). Para a equipe um dos autores fundamentais é François Perroux uma das referências de MCA, que segundo os autores do documento citado “pode ser considerado o economista do Século XX que melhor tratou a dimensão conceitual da relação espaço, sociedade e economia” (p. 32).

Por fim, duas notas que antes de encerrar questões e apresentar conclusões podem significar limiares de pesquisa para o Brasil com os limites formativos e sem as barreiras disciplinares. A primeira está na ligação entre a dinâmica econômica e territorial brasileira que antecede a institucionalização disciplinar e da estruturação de órgãos e de quadros capazes de planejar territorialmente o país diferenciando e articulando desenvolvimento e crescimento: “Cremos que pólos espontâneos, surgidos sem obedecer a uma planificação, podem ser chamados de crescimento quando eles provocam o crescimento do produto e da renda *per capita* sem acarretar transformações sensíveis às estruturas regionais. E se devem chamar de desenvolvimento, quando ao lado do crescimento do produto provocam também modificações de estruturas que favorecem à população por ele

⁷ Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento: Volume III – Regiões de Referência/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília, 2008.

polarizada” (ANDRADE, 1970, p. 63). A segunda nota é uma pergunta que pode ser uma absoluta impertinência: há possíveis ligações entre o pensamento de MCA e a obra de Ignácio Rangel (1914-1994)? O geógrafo pernambucano e o economista maranhense autor de explicações originais pouco difundidas que se constitui num dos maiores defensores de explicações nacionais para o Brasil, encontram-se ao explicarem e defenderam o planejamento não no país, mas para o país? Ou seja, é entender que a diversidade econômica e social é também territorial e que é possível ser cidadão e formulador ativo para os brasileiros. Há mais um canal comunicante entre a Geografia e a Economia, em que o Brasil é uma esperança para o Mundo como tem insistido geógrafos como o professor Armen Mamigonian (MAMIGONIAN, 1997) estudioso da obra de Ignácio Rangel?

Considerações finais

O artigo apresentou uma trajetória possível de recortes determinados na obra de um dos mais fecundos cientistas sociais brasileiros. Manuel Correia de Andrade foi ao longo de sua vida um cidadão que manteve a unidade de sua atividade profissional, acadêmica, política e de homem de governo. Foi advogado de sindicatos, professor em todos os níveis, organizador de programa de pós-graduação, autor prolífico, militante por pequeno período no Partido Comunista, passando pelo Socialista até o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). MCA foi também um homem de governos comprometidos com o desenvolvimento econômico e a eliminação das desigualdades sociais e territoriais como o governo de Miguel Arraes (1916-2005) em Pernambuco sua terra natal.

Como apresentar um recorte na vida e obra de um homem, cidadão e intelectual integral? Com o pano de fundo baseado em sua insistência em entender a unicidade da ciência social em função de sua formação marxista e em sua opção em considerar a Geografia como parte da unidade da ciência social. Parte indistinta,

porém parte. Como? Pelo recurso metodológico de distinguir as formações econômicas e sociais na História. Ou seja, a história do capitalismo na História territorializada pelo desenvolvimento desigual e combinado, pois MCA considerava León Trotski (1879-1940) um grande intelectual e escritor.

A perspectiva de totalidade, aliada ao rigor com as fontes, a capacidade e a insistência em descrever, podem ter afastado parte da comunidade de geógrafos de sua obra. A revisão de estudos que vão da história do pensamento geográfico as discussões contemporâneas como aquelas vinculadas aos problemas ambientais (era leitor atento da *Dialética da Natureza* de Friedrich Engels e dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844 de Karl Marx) e ao retorno as questões relacionadas com a crise econômica da década de 1990, com as tentativas de fortalecimento do planejamento estatal no começo do século XXI, podem obrigar a leitura dos trabalhos escritos por MCA desde a década de 1960.

A coerência e os engajamentos filosóficos, metodológicos e políticos de MCA, permitem afirmar que antes ser um geógrafo ou um geógrafo humano, há na trajetória e na sua obra um esforço de entender a realidade, partindo de problemas e da formação disciplinar sem os impeditivos da disciplina para explicar o mundo em suas múltiplas dimensões, onde os recortes assumidos carregam tanto os limites e como as possibilidades. Uma frase final e não conclusiva: o Brasil precisa crescer e se desenvolver e não o fará sem que aqueles que apartados na divisão social do trabalho para elaborar planos e estratégias, mantenham-se desligados na realidade dos brasileiros. E, sobretudo, conheçam para quiçá superar, as formulações de mestres generosos e de grandes brasileiros como Manuel Correia de Andrade que, estudioso das obras dos colegas estrangeiros não se deixaram seduzir pelas cantilenas e pelas facilidades discursivas que ignoram a potência que é o Brasil e a capacidade criativa dos brasileiros.

Referências bibliográficas

MARTINS, C.A.A. Geografia, economia e planejamento na obra de ...

ANDRADE, M.C. **Espaço, polarização e desenvolvimento: a teoria dos pólos de desenvolvimento e a realidade nordestina**. 2ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____. A problemática do técnico na dinâmica do desenvolvimento. In: **Acelerações e freios ao desenvolvimento brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1973a, p. 167-179.

_____. Os agentes aceleradores e de freio do desenvolvimento da economia brasileira. In: **Acelerações e freios ao desenvolvimento brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1973b, p. 15-35.

_____. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. In: SANTOS, M. (org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

_____. A atualidade do pensamento do Élisée Reclus. In: ANDRADE, M. C. (org.). **Élisée Reclus**. São Paulo: Ática, 1985, p. 7-36. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 49).

_____. **Geografia econômica**. 8ed. São Paulo: Atlas, 1985.

_____. A geografia e o problema da interdisciplinaridade entre as ciências. In: **Caminhos e descaminhos da Geografia**. Campinas: Papirus, 1989, p. 11-24.

_____. **Uma Geografia para o século XXI**. Recife: CEPE, 1993.

_____. **O desafio ecológico - utopia e realidade**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. Formação territorial do Brasil. In: BECKER, B.K. et al. **Geografia e meio ambiente no Brasil**. Rio de Janeiro / São Paulo: HUCITEC/UGI, 1995, p. 163-180.

MARTINS, C.A.A. Geografia, economia e planejamento na obra de ...
_____. Espaço agrário brasileiro: velhas formas, novas funções,
novas formas, velhas funções. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, n. 12.
São Paulo, 2002, p. 12-20.

CAMARGO, L.H.R. e GUERRA, A.J.T.A Geografia da complexidade:
aplicações das teorias da auto-organização ao espaço geográfico. In:
VITTE, A.C. **Contribuições à história e à epistemologia da
Geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007, p. 127-163.

CAPEL, H. **Geografia humana y ciencias sociales**. Una
perspectiva histórica. Barcelona: Montesinos, 1987.

CARLOS, A.F.A. **Reflexões sobre o espaço geográfico**. São
Paulo: Dissertação de mestrado em Geografia Humana, USP, 1979.

_____. A Geografia crítica e a crítica da Geografia. Barcelona:
Scripta Nova, v. XI, 2002.

CLAVAL, P. Geografia econômica e Economia. **Geotextos**, v. n.
1, 2005, p. 11-27.

COE, N.M. *et al.* **Economic geography- a contemporary
introduction**. London: Blackell, 2008.

DEBIE, F. **Géographie économique et humaine**. Paris: PUF, 1998.

DINIZ FILHO, L.L. Certa má herança marxista: elementos para
repensar a geografia crítica. In: MENDONÇA, F. e KOZEL, S.
Elementos de epistemologia da geografia contemporânea.
Curitiba: EDUFPR, 2002, p. 77-120.

EVANGELISTA, H.A. Epistemologia e Geografia brasileira: uma
leitura das obras de Manuel Correia de Andrade e Ruy Moreira.
**Anais do I Encontro Nacional de História do Pensamento
Geográfico**. Rio Claro: UNESP, 1999, p. 76-83.

MARTINS, C.A.A. Geografia, economia e planejamento na obra de ...

FELIPE, J.L. Discurso. In: FELIPE, J.L. **Manuel Correia de Andrade: o geógrafo e o cidadão**. Natal, CCHLA-UFRN, 1995, p. 153-171.

HUDSON, R. **Economic geographies**. London: Sage, 2005.

LEFEBVRE, H. **O fim da História**. Lisboa: Dom Quixote, 1971.

_____. L'espace et l'État. In: **De L'État 4: Les contradictions de l'État moderne**. Paris: Union Générale D'Éditions, 1978a, p. 259-324.

_____. Les inégalités dans le MPE. In: **De L'État 3: Le mode de production étatique**. Paris: Union Générale D'Éditions, 1978b, p. 269-372.

LUPORINI, C. e SERENI, E. **El concepto de "formacion econômico-social"**. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina Editores, 1973.

MAMIGONIAN, A. **O pensamento de Ignácio Rangel**. Florianópolis: FBB/CNPq/PPGG-UFSC, 1997.

MARTIN, R. Teoria econômica e Geografia Humana. In: GREGORY, D. et alii (orgs.). **Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 31-64.

MENDEZ, R. **Geografía económica: la lógica espacial del capitalismo global**. Barcelona: Ariel, 1997.

MENDONÇA, F. **Geografia física: ciência humana?** São Paulo: Contexto, 1989.

_____. Geografia socioambiental. In: MENDONÇA, F. e KOZEL, S. (org.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002, 121-144.

MARTINS, C.A.A. Geografia, economia e planejamento na obra de ...

MONTEIRO, C.A.F.A **Geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências**. São Paulo: USP/Instituto de Geografia, 1980.

MOREIRA, R. **O discurso do avesso (para a crítica da Geografia que se ensina)**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

_____. **Pensar e ser em Geografia- ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007.

NUNES, F.G. O econômico na Geografia: uma reflexão a partir da produção geográfica da USP. **RA`E GA**, n.10. 2005, p. 83-92.

OLIVEIRA, A.U. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana F. A. (org.). **Novos caminhos da Geografia**. S.Paulo: Contexto, 1999, p. 63-73.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião- Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes**. 5ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PETRONE, P. Geografia humana. In: FERRI, M.G.E MOTOYAMA, S. (orgs.). **História das Ciências no Brasil**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1979, p. 303-331.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RIQUE, L. Revisão da questão agrária brasileira a partir da ótica de Manuel Correia. In: FELIPE, J. L. **Manuel Correia de Andrade: o geógrafo e o cidadão**. Natal, CCHLA-UFRN, 1995, p. 153-171.

MARTINS, C.A.A. Geografia, economia e planejamento na obra de ...

SANTOS, M. Novos rumos para a Geografia brasileira. In: SANTOS, M. (org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1981, p. 209-219.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. In: **Espaço e sociedade**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 9-27.

SILVA, J.B. Manuel Correia e o desenvolvimento da geografia no Brasil. In: FELIPE, J. L. **Manuel Correia de Andrade: o geógrafo e o cidadão**. Natal, CCHLA-UFRN, 1995, p. 141-153.

SODRÉ, N.W. **Introdução à Geografia: Geografia e Ideologia**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SPOSITO, E.S. **Geografia e filosofia- contribuições para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: EDUNESP, 2004.

SUERTEGARAY, D.M.A. Rumos e rumores da Pós-Graduação e da Pesquisa em Geografia no Brasil. **Revista da ANPEGE**, v.3, 2007, p. 11-19.

Recebido em março de 2011
Aceito em fevereiro de 2012